



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Distribuição da Riqueza de um grupo econômico familiar por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

GABRIELA FRELLO SCAINI

gabiscaini@hotmail.com

LUIZ FELIPE FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

luizff67@terra.com.br

ALESSANDRA RODRIGUES MACHADO DE ARAUJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

alermdearaujo@hotmail.com

Distribuição da Riqueza de um grupo econômico familiar por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Resumo

Como uma das vertentes do Balanço Social, a DVA se configura como uma informação de natureza socioeconômica, evidenciando a riqueza criada pela entidade e a sua distribuição. Assim, o objetivo deste estudo é analisar como acontece a distribuição da riqueza gerada por um grupo econômico familiar, de capital fechado composto por cinco empresas comerciais, comparando os resultados encontrados entre todo o grupo. A metodologia quanto à abordagem deste estudo enquadra-se como descritiva, já a abordagem do problema é classificada como predominantemente quantitativa, onde foram utilizados dados primários tratados por meio da técnica de análise de conteúdo. Por meio da análise da DVA das empresas da amostra, foi concluído que a empresa C apresentou a maior destinação para pessoal e encargos, devido à sua elevada quantidade de vendas e variedade de produtos. Já o agente impostos, taxas e contribuições, verificou-se que a empresa E apresenta o maior percentual de contribuição, 46,96%. O agente que mais apresentou disparidades nos valores foi juros e alugueis, provavelmente devido à localização e o porte das empresas. Os acionistas do grupo procuram reinvestir o capital próprio, por isso não retiraram seus dividendos. Por fim, nos lucros retidos/prejuízos do exercício, apenas a empresa B apresentou prejuízo.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Balanço Social, Empresa Familiar.

Distribution of Wealth of a family business group through Value Added Statement (VAS)

Abstract

As one of the strands of the Social Balance, VAS is configured as a socioeconomic nature information, it's showing the wealth created by the entity and its distribution. The objective of this study is to analyze as in the distribution of wealth generated by a family business group, closed capital consists of five commercial companies, comparing the results of the entire group. The methodology and the approach of this study is framed as descriptive, since the problem of the approach is classified as predominantly quantitative, it was used primary data processed through content analysis technique. Through VAS analysis of the sample, it was concluded that the company C had the highest allocation for personnel and charges due to the high sales amount and variety of products. But the tax agent fees and contributions, it was found that the company and has the highest percentage of contribution, 46.96%. The agent that showed differences in values and rents interest was probably due to the location and size of the companies. The group's shareholders seek to reinvest capital, so they didn't remove their dividends. Finally, in retained earnings/losses for the year, only the company B had a loss.

Keywords: Value Added Statement, Social Balance, Family Business.

1. INTRODUÇÃO

Investimentos na área social proporcionam um diferencial para as organizações, acarretando em um bom resultado tanto para empresa quanto para a sociedade. As ações sociais aplicadas corretamente podem contribuir para criação de uma nova estratégia econômica. Assim, as empresas podem aplicar parte de seus recursos em questões ligadas à ética, qualidade de vida e meio ambiente melhorando sua competitividade frente a outras organizações.

A Contabilidade é uma ciência social, que além de auxiliar o gestor na tomada de decisão por meios de informações relevantes possui um de seus argumentos, de acordo com Santos (2007), como a “... identificação e aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades de uma sociedade”. Diante desta constatação, uma das demonstrações não obrigatórias existentes no Brasil é o Balanço Social, o qual dispõe da função de aproximar a sociedade e a organização por meio de trabalhos sociais, tendo uma de suas vertentes a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (SANTOS, 2007), foco de análise deste estudo.

A DVA de acordo com o CPC 09 tem como objetivo proporcionar informações aos usuários das demonstrações contábeis sobre a riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Neste contexto, o objetivo do trabalho é analisar como acontece a distribuição da riqueza gerada por um grupo econômico familiar, de capital fechado composto por cinco empresas comerciais, comparando os resultados encontrados entre todo o grupo. Assim pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como ocorre a distribuição da riqueza gerada por um grupo econômico familiar de capital fechado?

Justifica-se a presente pesquisa pela busca a análise dos impactos e retorno que uma empresa de médio porte e familiar possui para com a sociedade na forma de distribuição da riqueza de todos os agentes econômicos que contribuíram para que a mesma existisse.

O estudo será constituído de cinco tópicos. Primeiramente tem-se a introdução, seguida do referencial teórico, o qual complementa a pesquisa visitando apresentar um entendimento sobre os conceitos de Balanço Social e DVA, apresentando também estudos anteriores. Como terceiro, quarto e quinto tópicos tem-se a metodologia usada, seguida da análise dos resultados e considerações finais respectivamente.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Visando dar suporte teórico à pesquisa, apresentam-se neste tópico os temas “Balanço Social”, “Demonstração do Valor Adicionado” e “Estudos Similares e Correlatos”.

2.1 Balanço Social

Os demonstrativos contábeis divulgados pelas companhias à sociedade fornecem informações de naturezas distintas. Atualmente, no Brasil, um demonstrativo não obrigatório vem sendo utilizado para subsidiar as informações socioambientais de cada empresa, denominado Balanço Social (MAÇAMBANNI ET AL., 2013).

Os primeiros indícios do Balanço Social ocorreram nos anos 60 e 70 nos Estados Unidos, por meio das consequências da Guerra do Vietnã, devido aos inúmeros danos à sociedade e ao meio ambiente. Esse fato levou à indignação e revolta do povo em relação às empresas envolvidas no conflito, fazendo com que fosse adotada uma nova postura moral e ética das organizações perante a sociedade (SOUZA, ALVES E JERÔNIMO, 2014).

De acordo com Tinoco (2002), foi na França na década de 70 a divulgação do primeiro Balanço Social, sendo este da empresa Singer. Após teve-se a promulgação da Lei nº 77.769 de 12 de Julho de 1977, levando há uma maior aceitação do Balanço Social, devido a sua obrigatoriedade para as empresas com mais de 700 funcionários. Em pouco tempo outros países europeus aderiram a Lei francesa e passaram a publicar também o Balanço Social, como: Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Inglaterra. Entretanto nem todos os países exigiam essa divulgação pelas empresas, alguns só o faziam por pressão social.

Já Brasil, segundo Sousa, Alves e Jerônimo (2014), o primeiro documento denominado Balanço Social foi publicado voluntariamente em 1984 pela empresa Nitrofértil na cidade de Camaçari estado da Bahia. Ainda em meados da década de 80 foi publicado o da Telebrás e o da Banespa em 1992, formando o rol das empresas precursoras do Balanço Social no Brasil.

De acordo com Tinoco (2002), o balanço social é um instrumento econômico social que visa à evidenciação de informações sociais e ambientais da empresa aos usuários externos e internos.

Carvalho et al. (2009), apresentam uma definição mais ampla, de que este demonstrativo inclui informações sobre o meio ambiente, sobre a criação e distribuição de riqueza gerada por uma empresa, abrange informações de aspectos qualitativos, possuindo ainda a função de responder às dúvidas que surgem na instituição, sendo que essas respostas podem ser avaliadas quanto ao nível de importância que a empresa dá à questão social.

Segundo Freire (1999, p.19), Balanço Social “é o conjunto de informações com base técnica contábil, gerencial e econômica, capaz de proporcionar uma visão da relação capital-trabalho no que diz respeito aos seus diferentes aspectos econômico-sociais”, ou seja, uma análise dos custos com pessoal em relação à receita bruta das empresas.

O Balanço Social compreende dois tipos de ações: (i) sociais direcionadas aos empregados e aos familiares, em especial no campo da educação, saúde, segurança do trabalho, remuneração e benefícios; e (ii) sociais voltadas à sociedade, tais como educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, dentre outras (IBASE, 2013).

Reis e Medeiros (2009, p.78) enfatizam que:

O Balanço Social deve ser elaborado com o objetivo de ser uma ferramenta de diagnóstico e gestão padronizada para apresentação de indicadores de responsabilidade social, úteis a iniciativas de interesse da sociedade, tais como projetos sociais, para promoção da responsabilidade social na comunidade, nacional e global, dentre outros indicadores de desempenho da gestão, como investimentos, produtividade e geração de riquezas da organização [...].

Para Calixto (2005), algumas empresas utilizam esse demonstrativo como forma de evidenciar apenas fatores positivos dos seus investimentos sociais e ambientais, isso devido ao Balanço Social não ter um modelo padronizado e pela falta da sua obrigatoriedade. No Brasil as empresas costumam adotar três modelos propostos de Balanço Social que são: modelo do Instituto ETHOS, modelo do GRI (*Global Reporting Initiative*) e o modelo IBASE.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

De acordo com De Luca (1998, p.32), “O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros”.

Sendo assim, Kroetz (2000) complementa que a DVA se configura como uma informação de natureza socioeconômica, que possui como objetivo a evidenciação do montante dos lucros gerados pela empresa, procurando evidenciar quanto foi agregado à economia, em termos monetários, e a forma como esse valor foi distribuído entre os agentes que contribuíram para a formação destes lucros.

A Lei 6.404/76 após a publicação da Lei 11.638/07 passou a ter nova redação no Art. 176 o qual trata sobre as demonstrações financeiras a serem elaboradas com base na escrituração contábil. Entre as demais alterações, houve a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA na relação de demonstrações financeiras de companhias abertas. Salienta-se pela Resolução CFC no 1.162/09 que:

A entidade, sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades que a lei assim estabelecer, devem elaborar a DVA e apresentá-la como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. É recomendado, entretanto, a sua elaboração por todas as entidades que divulgam demonstrações contábeis.

Ressalva-se então a importância dessa demonstração por todas as entidades que divulgam suas demonstrações contábeis, e não apenas às companhias que possuem a obrigatoriedade de sua divulgação. Morch et al. (2008, p.07) destaca que “caso houvesse a elaboração e a divulgação da DVA por parte de todas as empresas, a consolidação de seus valores incorporaria parte substancial da riqueza interna gerada no país, ou seja, o PIB”. Com essa possibilidade apresentada pelo autor, haveria a facilidade de não trabalhar mais com valores estimados na fixação do PIB.

Para Iudícibus et al. (2010), as informações da DVA são importantes para:

- Analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição de riquezas de casa empresa;
- Permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- Permitir auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- Fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas e credores) e governo;
- Auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, Estado, país etc. em que se encontra instalada.

A DVA então, apresenta-se como importante instrumento de prestação de contas e atendimento aos preceitos de *accountability*, pois além de evidenciar a formação e a distribuição de riqueza por uma entidade, destaca também o resultado dos esforços conjuntos do “time” que compõe uma organização (VIEIRA, 2010).

2.2.1 Estudos Similares e Correlatos

Alguns estudos similares e correlatos foram elaborados realizando análises de DVA. Foi observado que, há uma predominância nos estudos sobre empresas listadas na Bovespa por apresentar uma maior acessibilidade aos interessados.

Klöppel, Schnorrenberger e Lunkes (2013), obtiveram uma amostra de 36 empresas para análise das DVAs dos anos de 2007 a 2010. Os setores selecionados para a pesquisa foram: Construção e Transporte, Financeiros e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade Pública. O resultado do estudo foi que 38,5% das empresas destinam sua riqueza para remuneração do Governo, 24,8% para remuneração de capital próprio, 19,5% para capital de terceiros e 17,2% para pessoal.

Cardoso et al. (2015) analisaram a contribuição de geração da riqueza de 18 setores da economia brasileira, utilizando as 5 maiores empresas listadas na BM&FBOVESPA exibidas na revista Exame – Maiores e Melhores. Os autores obtiveram uma amostra de 63 empresas para coletar os dados. Como resultado da pesquisa os setores de Telecomunicações, Energia e a Indústria Digital foram os que mais destinaram suas riquezas para impostos, taxas e contribuições. Por outro lado, os que menos contribuíram foram o de Indústria da Construção e Farmacêutico.

Melo et al. (2016) examinaram a distribuição de riqueza gerada pelas empresas 100 maiores empresas de cada região do Brasil, nos anos de 2013 e 2014. Foi observado que a região Centro Oeste apresentou maiores medidas nos agentes remuneração com pessoal, remuneração de capital de terceiros e exibiu baixos índices com distribuição para acionistas nos dois anos. Na região Sudeste, impostos, taxas e contribuições mostrou a maior destinação de riqueza em 2014. Quanto a região Sul, o principal agente remunerador foi remuneração de capital próprio. Por fim, nas regiões Norte-Nordeste para diversos setores o agente impostos, taxas e contribuições foi o que menos gerou riqueza, contudo, no setor de energia elétrica a destinação foi de 60,8% em 2013.

Nunes, Ferreira e Araujo (2016), examinaram a distribuição da riqueza gerada por empresas de diversos setores nos anos de 2014 e 2015. Foi delimitado 5 maiores empresas de cada setor da BM&FBOVESPA, tendo por fim 56 ao total. A pesquisa mostrou que o agente Pessoal em 2014, todavia, em 2015, Remuneração de Capitais de terceiros foi o que mais recebeu destinação.

Cunha, Ribeiro e Santos (2005), pesquisaram a DVA como mensuração da distribuição da riqueza, analisando a partir de todos os agentes da demonstração como empregados, financiadores externos, governo, sócios e acionistas e os proprietários. Foi analisado 416 empresas do cadastro da FIPECAFI. Ao final da pesquisa, foi concluído que os indicadores da DVA são grandes avaliadores de mensuração de distribuição da riqueza, contudo não suprem outros indicadores já existentes.

Nunes, Ferreira e Araujo (2016), analisaram como ocorreu a distribuição da riqueza em diferentes setores da economia, obtendo uma amostra de 56 empresas identificadas na BM&FBOVESPA, nos anos de 2014 e 2015. Como resultado, verificou-se que o agente pessoal agregou a maior destinação em 2014, todavia, em 2015, o grupo que obteve maior destinação foi remuneração de capitais de terceiros. Foi destacado no estudo os setores que tiveram a maior riqueza e a menor, sendo eles respectivamente Energia e Indústria Digital.

Diante disso, pode-se afirmar que a DVA é uma demonstração de ampla importância no contexto econômica e social, pois a partir dela é possível verificar a quantidade de riqueza gerada por cada agente.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto a abordagem da pesquisa, classificou-se como predominantemente quantitativa, pois, pesquisas quantitativas "consideram que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las." (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Considera-se quanto aos procedimentos técnicos pesquisa de campo, estudo de caso e documental. De acordo com Gil (2010, p.118), o estudo de caso único “refere-se a um indivíduo, um grupo, uma organização, um fenômeno etc”, constituindo-se da mais tradicional modalidade deste estudo. Para esse autor ainda, tem-se como sendo um caso revelador, devido ao fato de ter a “oportunidade de observar e analisar um fenômeno inacessível a outros pesquisadores”.

A fonte para coleta de dados utilizada foi primária, pois os dados foram fornecidos pelo contador das empresas que formam a amostra deste estudo por meio de visitas, e-mail e telefone. Para Gil (2010, p.119), a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados “é importante para garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados”.

Já quanto à abordagem este estudo enquadra-se como descritiva por meio de uma análise de conteúdo, tendo em vista que será utilizado de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2009).

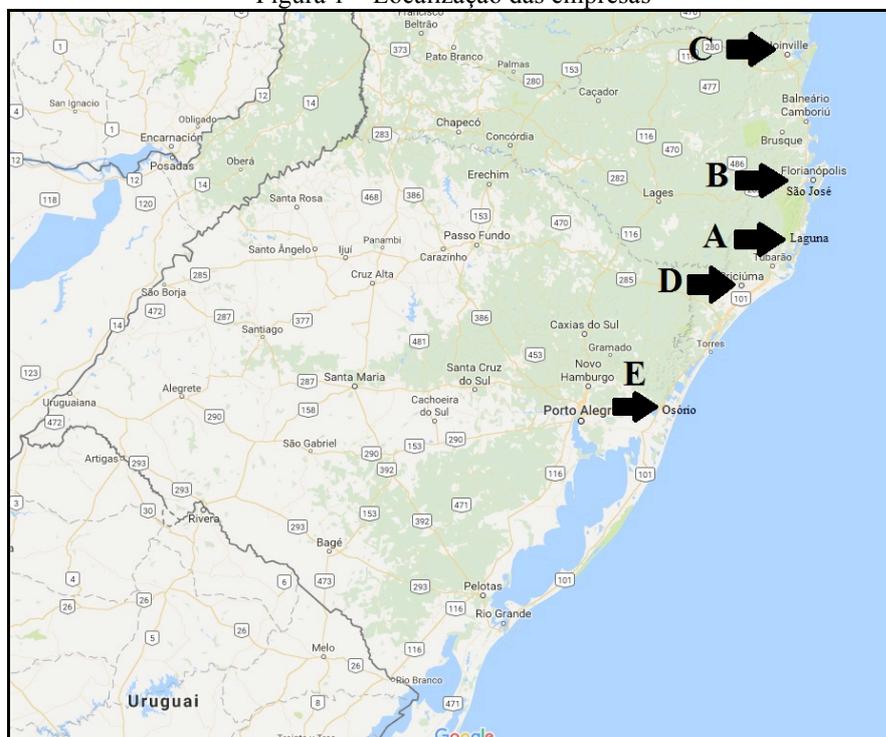
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 As empresas estudadas

Neste trabalho, a amostra foi composta por cinco empresas independentes e com sócios da mesma família, interagindo entre si quanto às tomadas de decisões. As empresas do estudo formam um grupo econômico de médio porte, formado pelas empresas A, B, C, D e E que atuam no ramo de comércio varejista, tendo o aço para construção civil como sua principal receita.

O grupo foi criado em 1987, iniciando na cidade de Siderópolis/SC, cidade onde a família foi constituída. Com o passar dos anos, a empresa se expandiu e, atualmente estão localizadas em cinco cidades diferentes entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo elas: (A) Laguna/SC, (B) São José/SC, (C) Joinville/SC, (D) Criciúma/SC e (E) Osório/RS conforme Figura 1.

Figura 1 – Localização das empresas



Fonte: Adaptado de Google Maps (2016)

4.2 Análise dos resultados das empresas

Por meio dos critérios estabelecidos pela metodologia do estudo, foi comparada a distribuição do valor agregado das cinco empresas de um mesmo grupo econômico. Dessa forma, pode-se verificar e analisar cada item da distribuição: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e alugueis; juros sobre capital próprio e dividendos; e lucros retidos/prejuízos do exercício.

De acordo com a Tabela 1, é possível observar que a empresa D representa o maior percentual de destinação da riqueza para pessoal e encargos com 56,28%, mas em relação ao valor monetário, foi agregado menor valor do que a maioria das empresas, com um montante de R\$422.247,00. Por outro lado, a empresa C foi a que apresentou menor percentual, 32,07%, mas obteve o maior valor monetário R\$734.790,36. O principal motivo desses resultados, de acordo com a DVA, foi que o valor das vendas da empresa C foi expressivamente a cima em comparação com a D, obteve um percentual de 52,30% superior. Outro justificativa, é que a empresa C trabalha com maiores diversidades de produtos, sendo assim, a quantidade de funcionários é maior.

A empresa B, em 2015 obteve um resultado em pessoal e encargos de R\$711.542,12, representando 43,79% de toda sua distribuição. Um diferencial desta empresa é que ela oferece um tipo de serviço que nem todas empresas deste ramo oferecem, ela fornece a opção de cortar o ferro na medida que o cliente carece. Sendo assim, há a necessidade de um número maior de colaboradores para realização deste trabalho. Seguido pela empresa E, apresentando um percentual de 32,37%.

Por fim, tem-se a empresa A com o menor valor dentre todas elas, R\$175.598,88. Pode-se dizer que a empresa que apresenta um menor quadro de funcionários é a que está localizada em Laguna, pois o mercado é pouco aquecido em comparação com as outras localidades.

Tabela 1- Distribuição da riqueza de pessoal e encargos

Empresas	Valores em Reais	%
A	R\$ 175.598,88	33,47%
B	R\$ 711.542,12	43,79%
C	R\$ 734.790,36	32,07%
D	R\$ 422.247,00	56,28%
E	R\$ 531.870,53	32,37%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Analisando o grupo de impostos, taxas e contribuições, é possível observar que há uma diferença nos valores das empresas listadas de acordo com a tabela 2.

Primeiramente tem-se a empresa C com R\$863.812,33 que contribuiu com o maior valor de impostos, taxas e contribuições, com um percentual de destinação de 37,70%. A empresa E apresentou um valor de R\$771.618,79, mas em percentual foi o maior dentre as cinco, com 46,96%, pode-se acrescentar como sugestão que a empresa verifique sua arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais a fim de reduzir esta quantidade. Apresentando R\$495,317,84 de contribuição, tem-se a empresa B, que apesar de sua quantidade de vendas fora apenas de R\$423.262,10 menor que as vendas da empresa C, ela destinou um pouco mais da metade neste item.

A empresa A distribuiu R\$202.963,85 de sua riqueza para impostos, taxas e contribuições e a D, destinou R\$182.200,11. Comparando essas duas empresas, de acordo com a DVA, pode-se notar que a receita criada pela empresa A foi 34,25% menor que a D, mas a destinação de impostos foi maior.

Tabela 2 - Distribuição da riqueza de impostos, taxas e contribuições

Empresas	Valores em Reais	%
A	R\$ 202.963,85	38,69%
B	R\$ 495.317,84	30,49%
C	R\$ 863.812,33	37,70%
D	R\$ 182.200,11	24,29%
E	R\$ 771.618,79	46,96%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Apesar da destinação de impostos, taxas e contribuições terem disparidades nos valores, a distribuição com juros e alugueis alcançou uma disparidade significativamente maior. Essa desigualdade pode ser em decorrência da localização e do porte de cada empresa. De acordo com a tabela 3, a empresa B apresenta um valor bastante alto em relação as outras empresas, R\$439.290,74, isso acontece, pois, a empresa B possui um valor expressivo de empréstimos e financiamentos a pagar no seu Balanço Patrimonial. A empresa E possui 10,79% de sua destinação total para juros e alugueis, representando R\$177.256,44. De R\$2.291.159,19 de distribuição total, a empresa C deliberou 4,34% deste falo para juros e alugueis. Por fim, com R\$10.800,03 e R\$9.726,82, destacam-se a empresa A e D respectivamente.

Tabela 3 - Distribuição da riqueza de juros e alugueis

Empresas	Valores em Reais	%
A	R\$ 10.800,03	2,06%
B	R\$ 439.290,74	27,04%
C	R\$ 99.512,38	4,34%
D	R\$ 9.726,82	1,30%
E	R\$ 177.256,44	10,79%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Como pode ser observado na tabela 4, nenhum valor foi destinado a juros sobre capital próprio e dividendos pelas empresas do grupo. De acordo com a política interna da empresa, é optado pelos investidores em reinvestir nas empresas ao invés de receber capital próprio e dividendos.

Tabela 4 - Distribuição da riqueza de juros sobre capital próprio e dividendos

Empresas	Valores em Reais	%
A	R\$ -	0,00%
B	R\$ -	0,00%
C	R\$ -	0,00%
D	R\$ -	0,00%
E	R\$ -	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em relação aos lucros retidos/prejuízos do exercício, a partir da tabela 5, pode-se notar que uma empresa do grupo apresentou prejuízo no ano de 2015, a empresa B alcançou um valor de -R\$21.406,34. Acredita-se que a empresa esta passando por mais dificuldades em relação às outras, provavelmente em decorrência da crise, pois as vendas declinaram em comparação com anos anteriores e muitos clientes deixaram de pagar ou pedem prazos muito extensos. As outras empresas apresentaram lucro no exercício de 2015. A C destinou R\$593.044,12, seguido pela E, D e A, com R\$162.494,02, R\$136.044,42 e R\$135.279,67 respectivamente.

Tabela 5 - Distribuição da riqueza de lucros retidos/prejuízos do exercício

Empresas	Valores em Reais	%
A	R\$ 135.279,67	25,79%
B	-R\$ 21.406,34	-1,32%
C	R\$ 593.044,12	25,88%
D	R\$ 136.044,42	18,13%
E	R\$ 162.494,02	9,89%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Além do aço para construção civil, algumas empresas vendem uma parcela de aço mecânico e com isso, o lucro da empresa aumenta em relação as que não oferecem esse tipo de produto. A empresa C e E são as que vendem estes dois tipos de aço, conseqüentemente apresentam os maiores lucros do grupo. Pode-se observar que apesar disso, o lucro da E é 72,6% menor que a C, acredita-se que um dos motivos para isso é o tempo de existência no mercado. A empresa E é a mais nova dentre todas elas e por isso busca melhor influência no mercado de sua região.

4.3 Análise global

Após a análise de todos os agentes presentes na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a tabela 1 apresenta uma análise global de todos os agentes de todo grupo.

Tabela 6 – Distribuição do Valor Adicionado Global

Agentes	Valores em reais	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$ 6.834.004,11	100,00%
Pessoal e Encargos	R\$ 2.576.048,89	37,69%
Impostos, taxas e contribuições	R\$ 2.515.912,92	36,81%
Juros e Aluguéis	R\$ 736.586,41	10,78%
Juros sobre capital próprio e dividendos	R\$ 0,00	0,00%
Lucros retidos/prejuízos do exercício	R\$ 1.005.455,89	14,71%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

De acordo com a tabela 1, pode-se observar que os maiores grupos de distribuição da riqueza são pessoal e encargos e impostos, taxas e contribuições, apresentando aproximadamente 2,5 milhões de reais. Apesar de que uma das empresas apresentou prejuízo no exercício de 2015, de acordo com o agente lucros retidos/prejuízos do exercício, nota-se que o grupo obteve um lucro de 1 milhão. Em relação a juros e aluguéis, este valor foi alto em decorrência da empresa B, já comentado anteriormente e, por fim, têm-se juros sobre capital próprio com valor zero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado neste estudo, o Balanço Social é uma ferramenta de gestão econômica e social, auxiliando na evidenciação de informações sociais e ambientais da empresa para seus usuários externos e internos. Pode-se dizer ainda que ele nos proporciona uma análise da distribuição da receita bruta em relação ao pessoal compreendendo em ações para sociedade e não somente para com a empresa em si.

Como uma das vertentes do Balanço Social, a DVA tem o objetivo de demonstrar informações sobre como é feita a distribuição da riqueza gerada pela empresa em um certo

período de tempo. A DVA auxilia também no cálculo do PIB e de indicadores sociais fornecendo os benefícios obtidos pelos fatores de produção e o governo.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi analisar a distribuição da riqueza gerada por cinco empresas de capital fechado do mesmo grupo econômico, evidenciando que se trata de um grupo econômico familiar. Por meio da análise, foi possível perceber que, em 2015, o agente que mais obteve a distribuição da riqueza do grupo foi pessoal e encargos, seguido por impostos, taxas e contribuições.

Pela análise da DVA das empresas da amostra, foi concluído que a empresa C apresentou a maior destinação para pessoal e encargos, pois a quantidade de vendas é grande e ela trabalha com outros tipos produtos que o mercado carece. Com o fornecimento de um tipo de serviço diferencial a necessidade de funcionários aumenta, por isso a empresa B possui um valor alto de pessoal e encargos, R\$711.542,12. Apresentando o menor valor, a empresa A distribuiu R\$175.598,88, isso se dá pelo fato de que esta empresa é a menor dentre todas as outras.

Em relação ao agente impostos taxas e contribuições, pode-se evidenciar que a empresa E apresenta o maior percentual de contribuição, 46,96%. Foi sugerido a análise desse item para que o mesmo diminua. Quanto ao menor valor, a empresa D apresentou R\$182.200,11 de destinação para o governo.

O agente que mais apresentou disparidades nos valores foi juros e alugueis, provavelmente devido à localização e o porte de cada empresa. A empresa que mais se destacou neste aspecto foi a B, pois apresentou um montante alto de empréstimos e financiamentos no Balanço Patrimonial.

Os acionistas do grupo procuram reinvestir o capital próprio, por isso optaram por não retirar seus dividendos. Devido a isso, juros sobre capital próprio e dividendos apresentou um valor zerado.

Em relação ao último agente da DVA, lucros retidos/prejuízos do exercício, houve uma empresa que apresentou prejuízo, a B. Em relação a isso, pode-se acrescentar que provavelmente a administração desta empresa, neste ano, deixou a desejar. Como pode ser observado, a empresa C mostrou o maior lucro deste ano, com R\$593.044,12, pois já está concretizada no mercado e oferece além do aço para construção civil, o aço mecânico também faz parte do seu portfólio.

Por meio da análise global, foi possível perceber que pessoal e encargos e impostos, taxas e contribuições apresentaram os maiores valores de destinação, seguido por lucros retidos/prejuízo do exercício, juros e alugueis e por fim juros sobre capital próprio.

Entre sugestões para futuros trabalhos, recomenda-se uma análise da distribuição de riqueza como instrumento gerencial e tomada de decisão. Pode-se propor também que a amostra seja ampliada, comparando com anos anteriores, mostrando a evolução do grupo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CALIXTO, Laura. Vinte anos de discussão sobre o Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, p. 23-35, set./out. 2005.

CARVALHO, Carla Souza et al. **Balanço social: características**, uso e resultados obtidos pela Caixa Econômica Federal no triênio 2005/2007. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 13, n. 18, p. 7-16, 2015.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC no 1.162/09** – Altera o item 3 da NBC T 3.7 Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001162. Acesso em 14 de junho de 2016.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. R.; SANTOS, A. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, 2005.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**. Do Cálculo da Riqueza Criada pela Empresa ao Valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FREIRE, Fátima de Souza. **Balanco Social**. Fortaleza: CRC-CE, 1999

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Publique seu balanço social**. 2013. Disponível em: < <http://www.balancosocial.org.br>.< Acesso em: 4 de setembro de 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, et. al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

MAÇAMBANNI, Tchiara Aparecida et al. Evidenciação Socioambiental: Uma Análise do Balanço Social de Empresas do Setor Elétrico que Atuam nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**, v. 2, n. 1, p. 123-142, 2013.

MORCH, R. B., et al. Demonstrativo do valor adicionado como instrumento de análise do impacto tributário para empresas no setor elétrico. **Revista de informação contábil** – UFPE, Recife, V. 2, N. 4. 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. (2013). **Metodologia do trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. (2a. ed.). Rio Grande do Sul: Feevale.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. (2ª ed.) São Paulo: Atlas, 2007.

SOUSA, C. A; ALVES, S. M. C.; JERÔNIMO, C. E. M. Aspectos da sustentabilidade no segmento de petróleo na cidade de Mossoró-RN. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 2, p. 3088-3098, 2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade. p. 57-73, maio/jun. de 2002.

TINOCO, J. E. P. et al. Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) - período de 2005 a 2007. **Revista Ciências Administrativas**, 2011.

VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Verdades e mitos na interpretação do valor adicionado**. 2010, 143 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP